

Transportes públicos gratuitos para jovens e idosos aprovados na Assembleia Municipal, com abstenção da IL - 4 de Maio de 2022 - Lusa

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou na terça-feira, apenas com a abstenção da Iniciativa Liberal (IL), a proposta de gratuitidade dos transportes públicos na cidade para residentes jovens e idosos.

Antes da votação da proposta neste órgão deliberativo do município, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas (PSD), apelou a “um voto unânime”, considerando que aprovação representa “um dia histórico” para a cidade, porque a medida tem “uma importância directa para o impacto da vida dos lisboetas”.

“Este passo é justiça social, é justiça daqueles que querem mudar o mundo e que querem realmente fazer com que o mundo seja melhor, com que tenhamos um planeta que possamos viver. Esta medida é justiça também na descarbonização do planeta que tanto precisamos e esta medida é melhorar a vida das pessoas”, declarou Carlos Moedas.

Apesar do apelo pela unanimidade na aprovação da proposta, o grupo municipal da IL decidiu abster-se, criticando a urgência na votação quando há “falta de informação”, inclusive sobre a estimativa orçamental de 14,9 milhões de euros por ano sem qualquer documento de suporte, e manifestando-se contra a lógica de “votas primeiro e perguntas depois”. (...)

Em 21 de Abril, a Câmara de Lisboa aprovou, por unanimidade, a proposta de transportes públicos gratuitos na cidade, que prevê um acordo entre o município e a empresa TML, válido até 31 de Dezembro de 2025, e estabelece a gratuitidade para jovens entre os 13 e os 18 anos, estudantes do ensino superior até aos 23 anos, incluindo a excepção dos inscritos nos cursos de medicina e arquitectura até aos 24 anos, e maiores de 65 anos, em que o requisito comum para todos é terem residência fiscal no concelho.

Desde 2017, as crianças até aos 12 anos já beneficiam de transportes públicos gratuitos em Lisboa, nas redes do Metropolitano e da Carris.

O documento prevê uma despesa máxima de 6,266 milhões de euros em 2022 e, para 2023, 2024 e 2025 até 14,9 milhões de euros para cada ano.

Andar a pé ou de bicicleta foi uma aposta quase esquecida na proposta do OE, acusa associação - 11 de Outubro de 2022 - [Manuel Rocha Leite](#)

A mobilidade activa, ou seja, a aposta em deslocações a pé ou de bicicleta, fica praticamente de fora da proposta de Orçamento do Estado para 2023, anunciada esta segunda-feira pelo Governo. Em toda a proposta de Lei, existe apenas uma rubrica destinada a este sector e o investimento é reduzido, acusa a MUBi – Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta. (...)

As duas estratégias estipulam que, em 2025, 4% das deslocações nas cidades portuguesas em 2025 deverão ser feitas em bicicleta, aumentando para 10% até 2030. Estabelecem, também, que a quota modal das deslocações a pé deverá aumentar para 35% também até 2030. A MUBi lamenta que, devido ao reduzido investimento por parte do Governo, seja difícil atingir estas metas no prazo. (...) No mesmo comunicado, a associação compara a situação de Portugal com a da Irlanda, onde o Governo decidiu [investir um milhão de euros por dia](#) na mobilidade activa, tendo a República da Irlanda pouco mais de metade da população portuguesa.